



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
(Processo Administrativo nº 1.364/2026)

Modalidade/ Regime de Execução	Concorrência Eletrônica – Empreitada por Preço Global
Apresentação de Proposta	18/08/2026 até às 08:30hs
Abertura da licitação	18/08/2026 às 09:00hs
Agente de Contratação	Ariane Gambeta Ferreira Costa
Critério de Julgamento	<input type="checkbox"/> Técnica e Preço
Modo de Disputa	<input type="checkbox"/> Fechado
Participação	<input type="checkbox"/> Ampla
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Não
Sistema Eletrônico	www.licitanet.com.br
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado, Jornal, Portal da Transparência, Portal Nacional de Compras Públicas.
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Via plataforma www.licitanet.com.br

COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

O Município de Itirapuã – SP, vem mui respeitosamente, trazer ao conhecimento de todos, que não hesitará em penalizar os licitantes que descumprirem o pactuado neste edital conforme artigo 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais leis pertinentes. Eventual inobservância das regras legais, o Município de Itirapuã – SP, se pronunciará com clareza e precisão quanto às suas decisões de aplicar multas, suspender e impedir proponentes de participarem de certames licitatórios. Desta feita, no intuito de evitar transtornos, solicitamos aos licitantes interessados que apresentem adequadamente a documentação relativa à habilitação, proposta técnica e proposta de preços, de forma consciente, séria, concisa, firme, concreta e exequível. Os licitantes deverão entregar o objeto em conformidade com o prazo, preços, padrões de qualidades exigidos no edital e leis pertinentes. Por fim, salientamos que pedidos de recomposição ou realinhamento de preços são exceções à regra, aplicáveis exclusivamente em situações especiais, e somente serão deferidos se estiverem em total consonância com a lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

O MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ/SP, por intermédio do Departamento de Licitações, com sede administrativa na Rua Dozito Malvar Ribas, nº 5.000, Centro, Itirapuã/SP, CEP 14.420-007, por meio da Agente de Contratação designada pela Portaria nº 31, de 21 de maio de 2026, torna pública para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 003/2026**, pelo critério de julgamento de **TÉCNICA E PREÇO**, que será regido pela legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/21, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nº 1.245/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui-se objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES DE MANEIRA CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ – SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1- Poderão participar do certame **todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto** da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.1.1- Poderão participar desta Concorrência Eletrônica as empresas que apresentem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a **PLATAFORMA ELETRÔNICA**.

2.1.2- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.2- O critério de julgamento adotado será o **TÉCNICA E PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3- A participação na Concorrência, na forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da empresa) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

2.4- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.5- O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerente do certame.

3. CADASTRO NO SISTEMA

3.1- A Concorrência Eletrônica (recebimento das propostas, abertura e julgamento será realizada em sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico/internet, mediante condições de segurança -



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da Plataforma Licitanet, disponível em www.licitanet.com.br, conforme datas e horários definidos no preâmbulo deste edital.

3.2- O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do certame, diretamente no site da Plataforma Licitanet, disponível em www.licitanet.com.br, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento. O cadastro será feito apenas uma vez e poderá ser utilizado para licitações futuras.

3.3- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

3.4- O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a credenciamento, cadastramento e a abertura das propostas.

4. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO

4.1- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.1- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.1.2- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.1.3- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.1.4- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.1.5- Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.6- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.1.7- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.

4.2- O impedimento de que trata o item 4.1.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5. DOS VALORES ESTIMADOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- A despesa total estimada onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática do exercício:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

02.06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PRÓPRIOS

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Ficha: 136

R\$128.195,44

Recurso Próprio

5.2- O orçamento previamente estimado para a contratação será SIGILOSO para a etapa de disputa do futuro certame e se tornará público apenas após o encerramento do processo licitatório, tornando público na fase inicial apenas o detalhamento dos quantitativos e informações sobre o fornecimento necessárias para a elaboração da proposta.

6. DA FORMALIZAÇÃO DE QUESTIONAMENTOS/ESCLARECIMENTOS

6.1- Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do Edital de Licitação perante a Administração, o Licitante que não o fizer **até três dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas**.

6.2- Serão conhecidos e apreciados os questionamentos encaminhados **exclusivamente** pela plataforma eletrônica em campo próprio no prazo descrito no item 6.1.

6.3 - O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **três dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

6.4 - Os questionamentos, os pedidos de esclarecimentos, bem como suas respectivas respostas serão publicados na plataforma utilizada para a licitação, para conhecimento dos interessados e vincularão os participantes e a Administração.

7. DA IMPUGNAÇÃO

7.1- Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório da Concorrência Eletrônica, mediante petição a ser enviada **exclusivamente** pela plataforma, em campo próprio.

7.2- Decai do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a Administração, o Licitante **que não o fizer até três dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas**.

7.3- A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

7.4- As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados na plataforma utilizada para a licitação, para conhecimento dos interessados.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1- Na presente licitação, **a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento**.

8.2- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3- No caso em que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas, os licitantes



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto neste Edital.

8.3.1- Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 10 deste Edital.

8.4- No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.4.1- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.4.2- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

8.4.3- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.4.4- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6- O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

8.7- No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

8.7.1- A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

8.8- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9- Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

8.9.1- de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

8.9.2- que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

8.9.3- de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 8.9.4- cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.9.5- cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.9.6- constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 8.9.7- que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 8.9.8- que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 8.9.9- resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 8.9.10- constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 8.9.11- cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do fornecimento, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 8.10- A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 8.11- Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.12- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 8.13- Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado os prazos constantes nesse edital e informados via *chat*.
- 8.14- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.15- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou esclarecer a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS (TÉCNICA E PREÇO)

- 9.1- A Proposta Técnica deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, devendo atender as condições contidas no Edital e seus Anexos.
- 9.2. A licitante deverá enviar sua proposta de preços nos termos do Anexo II-A, no sistema eletrônico contendo os seguintes requisitos:
- 9.1.1- Item e lote, que deverá ser compatível com o Anexo I - Termo de Referência.
- 9.1.2- Marca/Fabricante dos produtos;
- 9.1.3- Preço unitário e total dos itens e do lote e global da proposta, em algarismos e/ou por extenso, apurados à data de sua apresentação, expressos em moeda corrente nacional, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

9.1.3.1- O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (real), com até duas casas decimais (0,00).

9.1.3- O Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão de processamento do certame.

9.1.4- O objeto ofertado deverá atender, sob as penas da lei, a todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

9.1.5- Não serão admitidas cotações inferiores à quantidade previstas neste Edital nem com preterição de município.

9.2- Não será admitida a cotação incompleta do lote, caso haja interesse em participar deve ser cotado todos as quantidades do lote.

9.3- Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.4- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.5- Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

9.6- O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10- DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2- Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 13 deste Edital.

10.2.1- Eventual postergação do prazo a que se refere o item 10.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

10.3- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

10.4- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.5- O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.5.1- SICAF;

10.5.2- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

10.6- A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

10.6.1- A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

10.7- Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.7.1- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7.2- O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.7.3- Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

10.9- Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

10.10- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

10.11- Serão desclassificadas as propostas que:

10.11.1- contiverem vícios insanáveis;

10.11.2- não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.11.3- apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.11.4- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.11.5- apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.12- Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

10.13- A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo I deste edital.

10.14- A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

10.15- No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com os parâmetros constantes no Anexo II deste edital:

10.16- Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

10.17- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.18- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

10.18.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.18.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.19- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.20- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.21- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.21.1- O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.21.2- Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.22- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.

10.23- Quanto à Nota da Proposta de Preço (NP), esta será calculada de acordo com o critério matemático estabelecido no Termo de Referência.

10.25- Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 10.2 e 10.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

10.26- Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.26.1- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.26.2- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.26.3- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.26.4- No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

10.27- Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.27.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

10.27.1.1- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.27.1.2- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.27.2- Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.27.2.1- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.27.2.2- empresas brasileiras;

10.27.2.3- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.28- Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.29- Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

10.29.1- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.29.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.30- O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

10.31- O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1- Os documentos relativos à HABILITAÇÃO, serão solicitados pelo Agente de Contratação a licitante classificada em primeiro lugar, para que os apresente em um prazo de até 02 (duas) horas, exclusivamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

por meio eletrônico (*upload*), no formato (extensão) “pdf”, assinados digitalmente pelo representante legal da empresa, conforme regras de aceitação estabelecidas pela Plataforma Licitanet, disponível em www.licitanet.com.br

11.1.1- O prazo para envio dos documentos poderá ser prorrogado, a critério do Agente de Contratação, mediante justificativa da licitante.

11.2- Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.1- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.2.2- A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.2.3- É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.2.4- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.2.5- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de envio dos documentos de habilitação, prorrogável por igual período a critério da Administração e mediante solicitação da licitante, contado da solicitação do Agente de Contratação.

11.2.6- A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.3- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11.3.1- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.4- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.5- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.6- A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.7- Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.8- Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 11.8.1- a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 11.8.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.8.3- suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 11.8.4- suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 11.9- Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 11.10- Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.11- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos constantes nesse edital.
- 11.12- A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 11.13- A licitante vencedora deverá anexar no sistema a seguinte documentação de Habilitação:

11.13.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.13.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.13.1.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- d1) Para as empresas estabelecidas no Estado de São Paulo, deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo.
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- g) Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP E CEPIM), a ser emitida no seguinte endereço:
<https://certidoes.cgu.gov.br/>

Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.13.1.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

b.3) As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.

b.4) No caso de escrituração contábil digital do balanço (sistema *sped*), deverá ser apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s) de Autenticação do livro digital do exercício.

c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

c.1) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

c.2) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

c.3) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.13.1.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL

a) A qualificação técnica-operacional deverá atender aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

11.13.1.5- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos. (anexo IV);

b) Declaração do licitante, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes. (anexo IV);

c) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (anexo IV);

d) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação. (anexo IV);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- e) Declaração do licitante, do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que em caso de eventual contratação com a Municipalidade, está apta a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). (anexo IV);
- f) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui em seu quadro de pessoal na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura de Itirapuã (anexo IV);
- g) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (anexo IV);
- h) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (anexo IV);
- i) Declaração do fabricante elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, autorizando a licitante a comercializar a solução ofertada (somente no caso da empresa licitante não ser o fabricante dos materiais (editora)). (anexo VI);
- l) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra enquadrada como microempresa, nos termos da Lei complementar nº 123/2000 e suas alterações. (anexo VII);
- l.1) Comprovação, no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial ou Registro em Cartório, de seu domicílio, de que a licitante está enquadrada nesse regime nos termos da Lei Complementar nº 123/2000 alterada pela Lei 147/14.

12. DO TERMO DE CONTRATO

- 12.1- Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 12.2- O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1- O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será disponibilizado via acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente mediante *link* a ser enviado no e-mail informado na proposta de preços.
- 12.3- O prazo do item 12.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13. DOS RECURSOS

- 13.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2- O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, quando aberto o prazo específico



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

em sistema, que será de no mínimo 10 (dez) minutos, **exclusivamente de forma eletrônica**, em campo próprio, sob pena de preclusão;

13.3.2- O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4- Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6- Os recursos interpostos fora do prazo e fora da plataforma eletrônica não serão conhecidos.

13.7- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES OU SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Agente de Contratação durante o certame;

14.1.2- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Termo de Contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

i) Fraudar a licitação;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

k) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

l) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

m) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2- Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1- A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2- As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4- A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1- Para as infrações previstas nos itens “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2- Para as infrações previstas nos itens “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “m”, “n” e “o”, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

14.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8- Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens “a”, “b”, “c”, “d” e “e” bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “m”, “n” e “o” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “g”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10- A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

14.11- Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12- Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14- A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura Municipal de Itirapuã.

15- DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

15.1- As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.2- O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.3- A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.4- A Contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos do fornecimento especificados no instrumento contratual.

15.5- Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis ao próprio fornecimento, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Itirapuã, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.

15.6- A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de Itirapuã está exposto.

15.7- A Contratada deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.8- A Contratada deverá permitir a realização de auditorias do Município de Itirapuã e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

15.9- A Contratada deverá apresentar ao Município de Itirapuã, sempre que solicitado, toda e qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

15.10- A Contratada se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de Itirapuã, mediante solicitação.

15.11- A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de Itirapuã, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.12- A Contratada não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.13- Caso autorizada transmissão de dados pela Contratada a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.14- A Contratada deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.15- A Contratada deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de Itirapuã a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.16- A comunicação acima mencionada não eximirá a Contratada das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.17- A Contratada fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

15.18- À Contratada não será permitida deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.19- A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar o seu tratamento.

15.20- A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.21- A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão de perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.22- A Contratada que descumprir nos Termos da Lei n.º 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

15.23- A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de Itirapuã para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.24- A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de Itirapuã.

15.25- O não cumprimento de quaisquer obrigações descritas nestas cláusulas, sujeitará a Contratada a processo administrativo, para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

16- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Agente de Contratação.

16.3- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público

16.9- A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Itirapuã revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

16.10- A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

16.11- Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

16.12- É facultada à Agente de Contratação ou à autoridade superior do Município de Itirapuã, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

do processo licitatório vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.13- O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.14- As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa oficial do município.

16.15- Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pela Agente de Contratação, comunicando devidamente aos licitantes da Concorrência Eletrônica.

16.16- A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Itirapuã revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

16.17- A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

16.18- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.19- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

16.20- O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.21- Após o envio da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Agente de Contratação.

16.22- Os casos omissos serão decididos pela Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

16.23- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.24- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, na plataforma eletrônica e no endereço: <https://s151.asp.srv.br/admweb.itirapua.sp/com.asp.transparencia.cadastros.wpmodulodescricao?pModuloId=0005&pExercicio=0&pVisualizacao=2&ModuloAnexoId=0&pGestoraId=0&pConfigTransparenciaId=1>

16.25- O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Patrocínio Paulista.

16.26- Constitui-se parte integrante deste edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Critérios de avaliação de proposta técnica e proposta financeira;

ANEXO III – Proposta inicial e readequada;

ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO V – Modelo de Declaração de enquadramento ME e EPP;
ANEXO VI – Minuta de Contrato;
ANEXO VII – Termo de ciência e notificação.

Itirapuã/SP, 30 de junho de 2026.

Gerson Luiz Alves
Prefeito Municipal



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES CONTINUADAS AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE E À GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ/SP.**

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, enquadrando-se como serviços especiais, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, e art. 36, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Considerando a natureza técnica, a complexidade e a relevância estratégica dos serviços de apoio à gestão do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, faz-se necessária a avaliação qualitativa da capacidade técnica da empresa licitante e da equipe profissional envolvida, mostrando-se inadequada a adoção exclusiva do critério de julgamento pelo menor preço.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde, órgão integrante da administração direta do Município de Itirapuã/SP, possui como finalidade estruturar, coordenar e aperfeiçoar a atenção à saúde no âmbito municipal, observando os princípios constitucionais e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, especialmente a universalidade, integralidade, equidade e garantia de acesso aos serviços públicos de saúde.

2.2. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de medidas contínuas de apoio técnico, capacitação e desenvolvimento dos profissionais da rede municipal de saúde, abrangendo os níveis assistencial, administrativo e gerencial, visando ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à população.

2.3. A contratação ora pretendida justifica-se em razão da insuficiência de pessoal técnico especializado no quadro funcional do Município para a execução de serviços de consultoria, assessoria técnica, monitoramento de indicadores, planejamento estratégico, treinamentos e capacitações específicas na área da saúde pública, com o nível de especialização e detalhamento exigidos pela complexidade da gestão do SUS.

2.4. A Administração Pública moderna deve atuar de forma planejada, eficiente e alinhada às exigências legais, constitucionais e aos princípios da gestão pública, especialmente os princípios da eficiência, economicidade e transparência. Nesse sentido, a contratação de empresa especializada contribuirá para o fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Saúde, promovendo maior eficiência administrativa, qualificação técnica das equipes e melhoria contínua dos processos de trabalho.

2.5. Além disso, a realização de treinamentos, capacitações e assessoramento técnico especializado possibilitará o desenvolvimento dos recursos humanos da saúde municipal, o aprimoramento do desempenho das equipes, o monitoramento efetivo dos indicadores assistenciais e gerenciais, bem como a otimização dos resultados relacionados ao cumprimento de metas e programas vinculados aos repasses estaduais e federais destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.6. A presente contratação também visa assegurar suporte técnico contínuo para a adequada execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde, proporcionando maior qualidade, efetividade e segurança na prestação dos serviços ofertados à população do Município de Itirapuã/SP.

3. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Eletrônica, adotando-se como critério de julgamento a TÉCNICA e PREÇO, nos termos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Considerando tratar-se de contratação de objeto ÚNICO e INDIVISÍVEL, não haverá fracionamento em itens ou lotes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da natureza técnica e especializada dos serviços a serem executados.

4.2. Garantia da Contratação

2.2.1. Não será exigida garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a baixa complexidade dos riscos relacionados à execução contratual.

5. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

5.1. Treinamentos à Equipe Assistencial da Saúde

5.1.1. Realizar ações de educação continuada voltadas ao desenvolvimento e monitoramento dos indicadores assistenciais definidos pelas esferas estadual e federal;

5.1.2. Capacitar os profissionais da saúde para o correto preenchimento, monitoramento e envio das informações de produção aos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, incluindo e-SUS PEC, CNES, SIH e SIA/SUS, garantindo a manutenção e a regularidade das informações dos profissionais vinculados ao município na Atenção Básica.

5.2. Gerenciamento e Apoio Técnico ao Sistema e-SUS PEC

5.2.1. Desenvolver, implantar e fornecer hospedagem em nuvem do banco de dados do sistema e-SUS PEC, observando os critérios de segurança da informação e as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

5.2.2. Realizar treinamento mensal quanto à utilização adequada do sistema e-SUS Prontuário Eletrônico aos profissionais da rede básica e especializada;

5.2.3. Desenvolver e implementar prontuário eletrônico único municipal, com aplicação em todos os estabelecimentos municipais de saúde que realizem procedimentos previstos na Tabela SUS – SIGTAP;

5.2.4. Desenvolver novas práticas de modernização, otimização e melhoria da estrutura do banco de dados do sistema;

5.2.5. Realizar análise sistemática dos bancos de dados e sistemas de informação em saúde utilizados na Atenção Básica.

5.3. Suporte Técnico e Assessoria Especializada

5.3.1. Prestar suporte técnico aos profissionais da saúde, em dias úteis, durante o horário comercial, com disponibilidade mínima de 08 (oito) horas diárias;

5.3.2. Prestar assessoria e consultoria técnica especializada de forma contínua, presencial e remota, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

5.3.3. Implementar e monitorar indicadores de desempenho da saúde municipal definidos pelas esferas estadual e federal, incluindo os Indicadores Federais da Atenção Primária, IGM SUS Paulista e demais programas correlatos;

5.3.4. Propor estratégias e ações corretivas para resolução dos problemas identificados na gestão e execução dos serviços de saúde;

5.3.5. Oferecer cooperação técnica continuada ao gestor municipal de saúde.

5.4. Instrumentos de Gestão e Planejamento

5.4.1. Elaborar e/ou implementar instrumentos gerenciais que promovam a integração e coordenação das ações da Atenção Básica, incluindo:

a) Protocolos assistenciais;

b) Protocolos administrativos dos setores da saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

c) Fluxos de trabalho;

d) Planejamento estratégico.

5.4.2. Prestar assessoria técnica no desenvolvimento dos instrumentos de gestão e planejamento do SUS;

5.4.3. Elaborar, estruturar e monitorar projetos destinados à captação de recursos por meio de emendas parlamentares estaduais e federais;

5.4.4. Desenvolver capacitações técnicas e ações de educação continuada aos profissionais da saúde quanto à utilização adequada do e-SUS Prontuário Eletrônico, sempre que solicitado;

5.4.5. Prestar assessoria técnica em monitoramento e avaliação dos serviços de saúde, propondo estratégias compatíveis com as diferentes realidades locais e promovendo o uso integrado dos sistemas de informação e instrumentos de planejamento do SUS;

5.4.6. Realizar treinamentos e capacitações aos servidores públicos municipais acerca das legislações, normas técnicas e diretrizes oficiais aplicáveis à saúde pública, sempre que necessário.

6. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão prestados, prioritariamente, na Secretaria Municipal de Saúde de Itirapuã/SP, localizada na Rua São Sebastião, nº 4.700, CEP 14.420-000, podendo também ser executados em outros estabelecimentos de saúde pertencentes ao município, conforme necessidade da Administração e mediante solicitação do Gestor Municipal de Saúde.

6.2. Parte dos serviços poderá ser executada de forma remota, quando compatível com o objeto contratado e previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da qualidade e da continuidade da prestação dos serviços.

7. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

7.1. Realizar, no mínimo, 01 (uma) visita técnica mensal à Secretaria Municipal de Saúde de Itirapuã/SP, com duração mínima de 06 (seis) horas, por 02 (dois) ou mais assessores técnicos, para o desenvolvimento de atividades de consultoria, assessoria, treinamentos e capacitações continuadas aos profissionais da gestão e da Atenção Primária à Saúde.

7.2. Realizar, no mínimo, 01 (uma) reunião mensal com os coordenadores dos serviços e unidades de saúde, apresentando os resultados dos indicadores e metas da Atenção Primária à Saúde, bem como orientar e capacitar os profissionais quanto à modernização das práticas de trabalho, visando ao aprimoramento dos serviços e ao alcance das metas pactuadas.

7.3. Monitorar os repasses de recursos financeiros federais e estaduais destinados ao Município de Itirapuã/SP, encaminhando relatório mensal contendo todas as receitas transferidas ao Fundo Municipal de Saúde.

7.4. Prestar apoio técnico diário, de forma remota, à equipe municipal de faturamento, visando à melhoria dos processos relacionados aos sistemas oficiais de informação em saúde.

7.5. Monitorar a produção ambulatorial dos profissionais da rede municipal de Atenção Primária à Saúde que possuam carga horária ambulatorial, apresentando relatório mensal de desempenho à gestão municipal de saúde.

7.6. Prestar apoio técnico diário, de forma remota, à equipe de gestão da saúde municipal, incluindo gestores, coordenadores, gerentes e técnicos, objetivando o aperfeiçoamento da utilização e operacionalização dos sistemas oficiais de informação em saúde.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os recursos tecnológicos necessários ao desenvolvimento das atividades contratadas, bem como fornecer materiais didáticos para os treinamentos e capacitações, em formato impresso e/ou digital, nas quantidades necessárias, promovendo sua reposição quando necessário.

8.2. A Contratada deverá, ainda, disponibilizar certificados de participação aos profissionais capacitados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

bem como lista de presença devidamente assinadas, comprovando a realização dos treinamentos, oficinas e demais atividades desenvolvidas.

9. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

9.1. Os serviços executados serão recebidos provisoriamente ao final de cada mês de execução contratual, mediante apresentação de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas no período, contendo, no mínimo:

- a) descrição das atividades executadas de forma presencial e remota;
- b) datas de realização das atividades;
- c) identificação dos profissionais participantes;
- d) assinaturas dos servidores públicos e representantes da Contratada envolvidos nas atividades;
- e) produtos finais entregues, quando houver, tais como protocolos, fluxos, pareceres técnicos, relatórios e recomendações;
- f) listas de presença e materiais utilizados nos treinamentos, cursos e oficinas ministrados.

9.2. O recebimento provisório será realizado pelo Gestor e/ou Fiscal Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, que verificará a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes da Ordem de Serviço e deste Termo de Referência, mediante atesto no documento fiscal correspondente.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, desde que não sejam constatadas irregularidades, falhas ou inconformidades na execução dos serviços, mediante emissão de atesto definitivo por servidor designado pela autoridade competente, com aposição de assinatura e carimbo na respectiva Nota Fiscal.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo (a) servidor (a) Sônia Maria Fonseca designado como Fiscal do Contrato, e a servidora Marina de Lourdes Goulart Santana designada como Gestora do Contrato, os quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo darão ciência à Administração.

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

10.2. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

10.3. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

10.4. Todo o trâmite desde a declaração do vencedor até a entrega do serviço e posterior pagamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.5. O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

10.6. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021);

10.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para correção;

10.8. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

10.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. PRAZO DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de relatório das atividades executadas, devidamente atestado pelo gestor e pelo fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

11.2. O prazo previsto no item anterior será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação por igual período, nas contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Em caso de atraso no pagamento por parte da Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA, a título de correção monetária.

12. FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou transferência eletrônica para crédito em conta bancária de titularidade do contratado, informada previamente.

12.2. Será considerada como data do pagamento:

I – no caso de ordem bancária, a data de sua emissão;

II – no caso de transferência eletrônica, a data de sua efetiva realização.

12.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

12.4. Independentemente do percentual de tributo informado na proposta ou planilha de preços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.5. O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação oficial de sua condição, nos termos da legislação aplicável.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a) **Certidão negativa de falência**, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

b) No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

13.5. Qualificação Técnica:

13.5.1. As licitantes deverão apresentar documentação relativa à equipe técnica, nos termos do Art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021:

13.5.1.1. Relação da equipe técnica responsável pela execução do objeto, indicando os profissionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

envolvidos, devidamente registrados no respectivo Conselho Regional de Classe, acompanhada de Declaração de Disponibilidade dos profissionais indicados, atestando que possuem disponibilidade para a prestação de todos os serviços previstos neste edital.

13.5.1.2. Comprovação do vínculo de cada profissional da equipe técnica com a empresa licitante, na condição de sócio, empregado, contratado ou prestador de serviços.

13.5.1.3. Certidão expedida pela entidade profissional competente ou documento equivalente que comprove a inscrição e habilitação profissional de todos os profissionais, sócios ou não sócios, que executarão os serviços objeto desta licitação.

13.5.2. Os profissionais indicados que não possuem registro no Estado de São Paulo deverão comprovar regularidade e quitação junto ao respectivo Conselho Regional de Classe de origem, bem como apresentar Comunicação Prévia aos órgãos competentes do Estado de São Paulo, quando exigido pelas respectivas resoluções.

13.5.3. O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica deverá(ão) acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Contratante e atendidas as mesmas exigências de qualificação técnica previstas neste Termo de Referência.

13.5.4. A Contratante poderá, mediante justificativa, solicitar a substituição de qualquer profissional disponibilizado para a execução dos serviços, visando à melhoria da eficiência da execução contratual, sem que isso implique em reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.5.5. Comprovação de inscrição e regularidade da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Administração – CRA do Estado de São Paulo, nos termos do Art. 67, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 4.769/1965.

a) Caso a empresa licitante não seja sediada no Estado de São Paulo, deverá comprovar sua regularidade e quitação junto ao órgão de classe de origem, bem como apresentar Comunicação Prévia ao CRA/SP, quando aplicável.

14. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

14.1. Os proponentes deverão apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou serviços compatíveis em características, complexidade e natureza com o objeto deste Termo de Referência, contendo identificação e assinatura do responsável pela emissão, CNPJ, CPF e telefone para contato, acompanhado do respectivo Registro de Comprovação de Aptidão – RCA ou documento equivalente emitido pelo Conselho Profissional competente, nos termos do Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

15. EXIGÊNCIAS E QUESITOS PARA A PROPOSTA TÉCNICA

15.1. As Propostas Técnicas das licitantes deverão ser apresentadas rubricadas em todas as folhas, carimbadas e assinadas na última folha pelo titular ou representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, contendo descrição clara e inequívoca do objeto, bem como os documentos e informações a seguir:

15.1.1. Relação da Equipe Técnica

15.1.1.1. A licitante deverá apresentar relação nominal da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, acompanhada dos respectivos certificados de formação, diplomas, registros profissionais e/ou certidões expedidas pelos Conselhos ou Órgãos de Classe competentes, comprovando a habilitação legal para o exercício profissional.

15.1.1.2. Deverá ser apresentada declaração individual de cada integrante da equipe técnica, ratificada pela licitante, informando que integra o quadro societário, funcional ou contratual da empresa, ou, ainda, que possui disponibilidade para atuar na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

15.1.1.3. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro e Regularidade da empresa junto ao respectivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

Conselho ou Órgão Regional de Classe competente, bem como indicação do Responsável Técnico, acompanhada de cópia do registro profissional e da respectiva certidão de regularidade profissional.

15.1.2. Qualificação da Equipe Técnica

15.1.2.1. Apresentação de certificados de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu, na área da saúde ou correlatas, com enfoque em matérias compatíveis com o objeto da contratação.

15.1.2.2. A comprovação da experiência profissional da equipe técnica será realizada mediante apresentação de Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

15.1.2.3. Os Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou documento eletrônico com verificação de autenticidade, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, devidamente assinados pelo responsável legal, contendo, no mínimo, a identificação do contratante, descrição dos serviços executados, período de execução, número do contrato e/ou processo administrativo correspondente.

16. REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO

16.1. EXPERIÊNCIA DA EMPRESA: será avaliado o número de clientes atualmente atendidos ou já atendidos pela empresa até a data de abertura da licitação (P1).

ITEM	REQUISITO	PONTOS
A	De 01 a 05 clientes atendidos.	5,0
B	De 06 a 10 clientes.	10,0
C	De 11 a 15 clientes.	25,0
D	Acima de 15 clientes.	30,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 30 PONTOS		

16.1.2. Comprovação da pontuação: demonstrar o número de clientes em atendimento ou já atendidos pela proponente na data da apresentação da presente proposta, atuando na consultoria, assessoria e treinamentos junto às entidades da Administração Pública, com objetos compatíveis com os itens constantes do Termo de Referência, com vínculos contratuais superiores a 06 (seis) meses.

16.1.3. A proponente deverá apresentar cópia dos contratos como referência para esta pontuação. Na eventualidade de prorrogação contratual, bastará apresentar o último termo aditivo de prazo, dispensando-se a apresentação de todos os anteriores;

16.1.4. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, sendo facultada diligência para verificação de autenticidade.

16.2. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE: formação e experiência profissional (P2):

ITEM	REQUISITO	PONTOS
A	Apresentação de profissional com pós-graduação compatível com o objeto	10,0
B	Apresentação de profissional com experiência comprovada em gestão de saúde pública municipal	20,0
C	Apresentação de experiência comprovada na implantação e no monitoramento do sistema e-SUS PEC e de outros sistemas de informação, como CNES, SIA/SUS etc	30,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 30 PONTOS		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

16.2.1. Comprovação da pontuação: apresentação de diploma, certificado de conclusão ou outro documento equivalente emitido por instituição reconhecida pelo MEC, ainda por atestados de capacidade técnica, declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado de profissionais comprovadamente vinculados à licitante.

16.2.2. Não será permitida a cumulatividade de pontuação para o mesmo título acadêmico do mesmo profissional, prevalecendo a maior titulação apresentada.

16.2.3. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, sendo facultada diligência para verificação de autenticidade.

16.3. ESTRUTURA OPERACIONAL: Equipe multidisciplinar mínima (P3)

ITEM	REQUISITO	PONTOS
A	Menos de 05 profissionais exigidos.	0,0
B	04 ou mais profissionais exigidos.	20,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 20 PONTOS		

16.3.1. A proponente deverá comprovar possuir em seu quadro na data prevista para a entrega das propostas, profissional (is) de nível superior nas áreas de (1) Administração, (2) Enfermagem, (3) Medicina e (4) Direito.

16.3.2. Poderão ser indicados mais de 01 (um) profissional de cada categoria.

16.3.3. A comprovação será feita mediante a apresentação de cópias dos certificados de conclusão de curso superior, conforme o caso, e, para efeitos do vínculo profissional da equipe técnica, a cópia do contrato social, registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

16.3.4. Será obrigatório que a licitante comprove possuir profissionais em todas as áreas a que se refere o item. A pontuação se dará de acordo com as provas correspondentes.

17. EXPERIÊNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: pontuação do tempo de experiência e inscrição do responsável técnico no órgão regional de classe (P4)

ITEM	REQUISITO	PONTOS
A	Declaração que comprove registro junto ao Órgão Regional de Classe do responsável técnico da empresa em período até 05 anos.	05,0
B	Declaração que comprove registro junto ao Órgão Regional de Classe do responsável técnico de empresa em período entre 05 a 10 anos.	15,0
C	Declaração que comprove registro junto ao Órgão Regional de Classe do responsável técnico de empresa em período acima de 10 anos.	20,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 20 PONTOS		

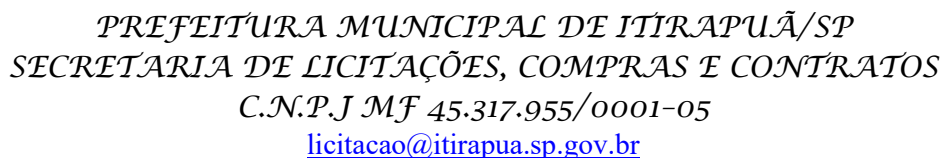
17.1.1. Comprovação da pontuação: Os requisitos acima deverão ser comprovados mediante apresentação de declaração expedida pelo Órgão de Classe em papel timbrado comprovando a inscrição ou cópia da carteira de identidade profissional do responsável técnico da empresa perante o Órgão Regional de Classe;

17.1.2. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, sendo facultada diligência para verificação de autenticidade.

18. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

18.1. Para efeito do JULGAMENTO, serão atribuídos os seguintes pontos:

18.1.1. Atribuir-se-á o peso 06 (seis) à Proposta Técnica e o peso 04 (quatro) à Proposta de Preço.



100

18.1.7. Será classificada em primeiro lugar a licitante que alcançar a maior Pontuação Final (PF) e as demais seguirão por ordem decrescente desta Pontuação Final.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

19.1. P2: QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE:

NOME DO PROFISSIONAL COM VÍNCULO NA EMPRESA	PÓS-GRADUAÇÃO E EXPERIÊNCIA APRESENTADA COMPATÍVEL COM O OBJETO	DOCUMENTO APRESENTADO
TOTAL PONTOS P2:		

19.2. P3: ESTRUTURA OPERACIONAL:

NOME DO PROFISSIONAL	ÁREA DE FORMAÇÃO	Nº DO REGISTRO PROFISSIONAL
TOTAL PONTOS P3:		

19.3. P4: EXPERIÊNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

NOME DO PROFISSIONAL	Nº DO REGISTRO	TEMPO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE
TOTAL PONTOS P4:		

19.4. TABELA DE PONTUAÇÃO

Item	Requisitos	Pontuação Máxima Exigida pela Contratante	Pontuação Atingida pela Contratada
P1	Experiência da empresa	30 pontos	
P2	Qualificação da equipe	30 pontos	
P3	Estrutura operacional	20 pontos	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

P4	Experiência do responsável técnico	20 pontos	
----	------------------------------------	-----------	--

PONTUAÇÃO MÁXIMA: 100 PONTOS.

20. REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO

20.1. Para a realização do julgamento pelo critério de técnica e preço, será designada Comissão Especial de Avaliação Técnica, composta por, no mínimo, 03 (três) membros, conforme previsto no art. 37, §1º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com a finalidade de proceder à análise e avaliação das propostas técnicas apresentadas pelas licitantes.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1. O valor estimado compreende todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas administrativas, deslocamentos, materiais, equipamentos e demais despesas correlatas.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos próprios consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itirapuã/SP, observada a seguinte dotação orçamentária:

02.06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PRÓPRIOS

3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Ficha: 136

R\$128.195,44

Recurso Próprio

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e proposta apresentada.

23.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, registrando em documento próprio as ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

23.3. Notificar, por escrito, a Contratada sobre quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

23.4. Efetuar o pagamento devido à Contratada, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no respectivo contrato.

23.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, especialmente:

23.5.1. Exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se exclusivamente aos prepostos por ela indicados;

23.5.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

23.5.3. Promover ou aceitar desvio de função dos empregados da Contratada;

23.5.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como servidores ou colaboradores da Administração para quaisquer efeitos.

23.6. Fornecer as informações e documentos necessários para o adequado desenvolvimento dos serviços contratados.

23.7. Realizar avaliações periódicas quanto à qualidade dos serviços prestados.

23.8. Assegurar condições adequadas para a execução dos serviços, quando realizados em suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

dependências, observadas as normas de segurança e saúde no trabalho.

23.9. Designar fiscal e gestor do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para acompanhamento da execução contratual.

23.10. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Cumprir integralmente todas as disposições constantes deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da proposta apresentada e do instrumento contratual, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto.

24.2. Executar os serviços conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, utilizando profissionais qualificados, materiais, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução contratual.

24.3. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações ou que apresentem vícios, defeitos ou incorreções.

24.4. Manter equipe técnica habilitada e capacitada para a execução dos serviços contratados, observando as normas técnicas e legislação aplicável.

24.5. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, tributárias e demais encargos decorrentes da execução contratual, não transferindo à Contratante qualquer responsabilidade por seu inadimplemento.

24.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante.

24.7. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

24.8. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas pela Contratante, garantindo acesso aos documentos relacionados à execução contratual.

24.9. Paralisar, mediante determinação da Contratante, qualquer atividade executada em desacordo com as normas técnicas, de segurança ou especificações estabelecidas.

24.10. Manter organização técnica e administrativa adequada à perfeita execução dos serviços, observando eficiência, qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos.

24.11. Observar rigorosamente a legislação vigente, normas técnicas, normas de segurança, higiene e medicina do trabalho aplicáveis à execução do objeto.

24.12. Submeter previamente à aprovação da Contratante quaisquer alterações nos métodos executivos ou procedimentos operacionais.

24.13. Não empregar menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação vigente.

24.14. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

24.15. Cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e demais exigências previstas na legislação aplicável.

24.16. Observar as normas internas da Contratante relativas à segurança institucional e operacional.

24.17. Executar os serviços dentro dos padrões de qualidade e eficiência exigidos, utilizando materiais, equipamentos e tecnologias adequadas.

24.18. Atender prontamente às solicitações da Contratante relacionadas à execução do objeto contratado.

24.19. Observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, responsabilizando-se pela confidencialidade, integridade, sigilo e segurança das informações e dados acessados em razão da execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

24.20. Utilizar os dados e informações obtidos exclusivamente para a execução do objeto contratado, sendo vedada a utilização para finalidade diversa, compartilhamento indevido ou divulgação sem autorização expressa da Contratante.

24.21. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações, documentos, dados ou processos administrativos a que tiver acesso em decorrência da execução contratual.

24.22. Responsabilizar-se pelos custos decorrentes de deslocamentos, alimentação, hospedagem, materiais, equipamentos e demais despesas necessárias à execução dos serviços, sem ônus adicional à Contratante.

25. DAS SANÇÕES

25.1. A contratada que descumprir as obrigações previstas neste Termo de Referência ficará sujeita, garantida a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis, às sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.2. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – Advertência, quando houver inexecução parcial do contrato que não resulte em prejuízo significativo à Administração;

II – Multa, nos seguintes casos:

a) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado na execução do objeto por até 15 (quinze) dias;

b) Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias e inferior a 30 (trinta) dias;

c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, podendo ensejar a rescisão contratual e o cancelamento total ou parcial da Nota de Empenho;

d) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar a Autorização de Execução (AE);

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de execução do objeto em desconformidade com as especificações exigidas;

f) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela perda ou não manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual;

g) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial injustificada;

h) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total injustificada, caracterizada pela não execução do objeto após 60 (sessenta) dias, podendo haver rescisão contratual e cancelamento total ou parcial da Nota de Empenho.

III – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itirapuã, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nas seguintes hipóteses:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) Dar causa à inexecução total do contrato;

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes casos:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

durante a licitação ou execução do contrato;

- b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

25.3. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

25.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

26. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

26.2. A execução dos serviços deverá iniciar-se no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento da Autorização de Execução emitida pela Administração.

26.3. Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada como data de assinatura a constante da última assinatura eletrônica realizada pelas partes.

26.4. A Administração poderá convocar a adjudicatária para assinatura do contrato, observados os prazos e condições estabelecidos no edital e na legislação vigente, podendo haver prorrogação do prazo para assinatura, na forma do Art. 90, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.5. O instrumento contratual conterá detalhamento complementar das condições relativas à vigência, execução, fiscalização, prorrogação e demais regras aplicáveis à contratação.

27. CONSIDERAÇÕES FINAIS

27.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade, observados os princípios da isonomia, da razoabilidade, do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que não haja prejuízo ao interesse público, à finalidade e à segurança da contratação.

27.2. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores, bem como nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

Itirapuã/SP, 30 de junho de 2026.

Marina de Lourdes G. Santana
Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO II – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº 1.364/2026

Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Edital nº 003/2026

Conforme constante no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA INICIAL

Processo nº 1.364/2026

Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Edital nº 003/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES DE MANEIRA CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ – SP.

Valor Total Geral da Proposta: R\$ _____ (_____).

O prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da sessão pública.

OUTRAS DECLARAÇÕES: (assinale com X)

1. Declaramos prestaremos os serviços dentro do prazo, conforme estipulado em edital. () SIM () NÃO
2. Declaramos que o preço da proposta compreende todas as despesas relativas ao fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários, encargos sociais, tributos, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes. () SIM () NÃO
3. Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório. () SIM () NÃO
4. Declaramos que a empresa não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição. () SIM () NÃO
5. Declaramos que a empresa não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. () SIM () NÃO
6. Declaramos que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. () SIM () NÃO
7. Declaramos que o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício. () SIM () NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Processo nº 1.364/2026

Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Edital nº 003/2026

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede _____, por seu representante legal _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF/MF nº _____, interessada em participar na Concorrência Eletrônica nº 003/2026, do Município de Itirapuã DECLARA que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins que não possuímos no quadro societário, pessoa ligada ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Diretorias Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaro que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 10) Declaramos que em caso de eventual contratação com a Municipalidade, está apta a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal
RG nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO V - MODELO DE MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº 1.364/2026

Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Edital nº 003/2026

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede _____, por seu representante legal _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF/MF nº _____, interessada em participar na **Concorrência Eletrônica nº 003/2026**, do Município de Itirapuã DECLARA que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal
RG nº.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 1.364/2026

Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Edital nº 003/2026

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ, ESTADO DE SÃO PAULO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 45.317.955/0001-05, situada na RUA DOZITO MALVAR RIBAS, 5.000, CENTRO, REPRESENTADA POR SEU PREFEITO DR. GERSON LUIZ ALVES, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado (a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.364/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência nº 003/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO)

1.1. Constitui-se objeto deste instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES DE MANEIRA CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ – SP.**

CLÁUSULA SEGUNDA (DA FORMA DE EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

2.1. A execução de que trata a Cláusula anterior serão prestados em conformidade com o Termo de Referência e demais anexos constantes na Concorrência Eletrônica nº 003/2026 - Processo nº 1.364/2026, sendo certo que serão acompanhados e fiscalizados pela Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela execução do objeto deste Contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor total de R\$ _____ (_____), conforme proposta apresentada pela Contratada, que integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

3.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itirapuã/SP, observada a seguinte dotação orçamentária:

02.06.01 – Fundo Municipal de Saúde – Recursos Próprios

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 136

Valor: R\$128.195,44

Fonte de Recurso: Próprio



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 3.3. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, transporte e demais despesas incidentes.
- 3.4. A Administração poderá promover acréscimos ou supressões quantitativas do objeto contratado, observados os limites e condições previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.5. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado da contratação ou da data da apresentação da proposta, conforme definido no edital.
- 3.6. Após o transcurso do período previsto no item anterior, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observada a legislação vigente.
- 3.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou deixe de ser divulgado, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo. Na ausência de índice substituto, as partes formalizarão a adoção de novo índice por meio de termo aditivo.
- 3.8. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.9. O valor constante da nota fiscal ou fatura não sofrerá atualização monetária entre a data de sua apresentação e a data do efetivo pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal e do relatório das atividades executadas, devidamente atestados pelo gestor e pelo fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa, observadas as disposições deste contrato. Os documentos deverão ser encaminhados para o e-mail nfe@itirapua.sp.gov.br.
- 4.1.1 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da Contratada, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 4.2 O pagamento somente será realizado após o ateste da Nota Fiscal pelo servidor competente.
- 4.2.1 O ateste ficará condicionado à verificação da conformidade da documentação apresentada e ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada.
- 4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos exigidos, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência pela Contratada, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a comprovação da sua regularização, sem qualquer ônus para a Contratante.
- 4.4 Quando da emissão da Nota Fiscal, a Contratada deverá destacar os valores das retenções tributárias incidentes ou, quando aplicável, apresentar declaração de enquadramento nos termos da legislação tributária vigente.
- 4.4.1 Em atendimento ao Decreto Municipal nº 2.861, de 11 de setembro de 2023, e à Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, com as alterações promovidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, o Município de Itirapuã efetuará, quando cabível, a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF),



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

observada a legislação vigente.

4.5 O pagamento será realizado mediante transferência eletrônica ou depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, indicada para esse fim, ou por outro meio legalmente admitido.

4.6 Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a respectiva ordem bancária.

4.7 A Contratante não se responsabilizará por despesas assumidas pela Contratada que não tenham sido previamente autorizadas ou previstas contratualmente.

4.8 Não haverá pagamento antecipado pela execução do objeto contratual, nos termos do artigo 145 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA (DOS PRAZOS, LOCAL E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS)

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

5.2. Em cada prorrogação contratual, a autoridade competente deverá atestar que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo admitida a negociação com a Contratada para adequação das condições contratuais.

5.3. A Administração deverá verificar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários suficientes para suportar as despesas decorrentes da execução contratual, bem como a conveniência e a vantagem de sua manutenção.

5.4. Os serviços serão prestados, prioritariamente, na Secretaria Municipal de Saúde de Itirapuã/SP, localizada na Rua São Sebastião, nº 4.700, CEP 14.420-000, podendo, ainda, ser executados em outros estabelecimentos de saúde pertencentes ao Município, conforme necessidade da Administração e mediante solicitação do Gestor Municipal de Saúde.

5.5. Parte dos serviços poderá ser executada de forma remota, quando compatível com o objeto contratado e previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da qualidade, eficiência e continuidade da prestação dos serviços.

5.6. Os serviços executados serão recebidos provisoriamente ao final de cada mês de execução contratual, mediante apresentação de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas no período, contendo, no mínimo:

- a) descrição das atividades executadas de forma presencial e remota;
- b) datas de realização das atividades;
- c) identificação dos profissionais participantes;
- d) assinaturas dos servidores públicos e representantes da Contratada envolvidos nas atividades;
- e) produtos finais entregues, quando houver, tais como protocolos, fluxos, pareceres técnicos, relatórios e recomendações;
- f) listas de presença e materiais utilizados nos treinamentos, cursos e oficinas ministrados.

5.7. O recebimento provisório será realizado pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato, mediante atesto no documento fiscal correspondente.

5.8. O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, desde que não sejam constatadas irregularidades, falhas ou inconformidades na execução dos serviços, mediante emissão de atesto definitivo por servidor designado pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

CLÁUSULA SEXTA (DA GARANTIA CONTRATUAL)

6.1. Nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica dispensada a exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato.

6.2. Em razão da dispensa da garantia contratual, não se aplicam as disposições relativas à sua prestação, complementação ou restituição.

CLÁUSULA SÉTIMA (DAS OBRIGAÇÕES)

7.1. São obrigações da Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, Termo de Referência e proposta apresentada;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por meio de fiscal e gestor designados, registrando as ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato;
- c) Fornecer à Contratada todas as informações, documentos e especificações necessárias à adequada execução do objeto;
- d) Notificar, por escrito, a Contratada acerca de quaisquer falhas, irregularidades ou imperfeições constatadas na execução do objeto, fixando prazo para sua regularização;
- e) Efetuar os pagamentos devidos nas condições e prazos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e Contrato;
- f) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurando à Contratada o contraditório e a ampla defesa;
- g) Atestar o recebimento e a regular execução do objeto para fins de liquidação e pagamento;
- h) Assegurar condições adequadas para a execução do objeto, quando realizada em suas dependências.

7.2. São obrigações da Contratada:

- a) Cumprir integralmente as disposições do Edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do Contrato, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto;
- b) Executar o objeto em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas, observando os padrões de qualidade exigidos;
- c) Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, os serviços ou fornecimentos executados em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas, defeitos ou irregularidades;
- d) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- f) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer ou interferir na execução do objeto;
- g) Indicar representante ou preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelas comunicações formais junto à Administração;
- h) Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Contratante, sempre que necessário;
- i) Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução do contrato;
- j) Observar a legislação vigente, as normas técnicas aplicáveis e as normas de segurança e saúde no trabalho;
- k) Cumprir a legislação relativa à proteção de dados pessoais, mantendo a confidencialidade, integridade e segurança das informações acessadas em razão da execução contratual;
- l) Manter sigilo sobre informações, documentos e dados a que tiver acesso em decorrência da execução do objeto;
- m) Arcar com todos os custos e despesas necessários à perfeita execução contratual, sem ônus adicional



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

para a Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do presente Contrato será exercida pela servidora Sônia Maria Fonseca, designada como Fiscal do Contrato, e pela servidora Marina de Lourdes Goulart Santana, designada como Gestora do Contrato, competindo-lhes acompanhar, controlar e fiscalizar a execução contratual, bem como dirimir as dúvidas que surgirem durante sua execução, dando ciência à Administração de quaisquer ocorrências relevantes.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se a utilização de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. O Fiscal do Contrato acompanhará a execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento e registrando todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição das medidas necessárias à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

8.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato emitirá notificação à Contratada, fixando prazo para a devida correção.

8.7. O Fiscal do Contrato informará à Gestora do Contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, para adoção das medidas cabíveis.

8.8. No caso de ocorrências que possam comprometer ou inviabilizar a execução do contrato nas condições e prazos estabelecidos, o Fiscal do Contrato comunicará imediatamente o fato à Gestora do Contrato.

8.9. A Gestora do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada para fins de empenho, liquidação e pagamento da despesa, registrando eventuais ocorrências que possam afetar o regular andamento da execução contratual.

8.10. A Gestora do Contrato deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a execução do objeto contratado, a consecução dos objetivos da contratação e eventuais medidas que possam contribuir para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.11. A Gestora do Contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, observadas as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA NONA (DAS PENALIDADES E MULTAS)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa quando:

a) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação;

d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

d.1) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

d.2) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

d.3) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

d.4) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05

licitacao@itirapua.sp.gov.br

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens “a”, “b” e, “c”, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas no item “d”, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura Municipal de Itirapuã.

CLÁUSULA DÉCIMA (DOS CASOS DE RESCISÃO)

10.1. Poderá haver rescisão contratual por ambas as partes, desde que ocorra uma ou mais das seguintes situações:

- I) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- II)- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III)- a lentidão do seu cumprimento, levando a Contratante a comprovar a impossibilidade do cumprimento do objeto desta licitação o nos prazos estipulados;
- IV)- o atraso injustificado na entrega dos produtos;
- V)- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, salvo nos casos permitidos por esse edital, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem o expresso conhecimento da outra parte;
- VI)- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pela Contratante;
- VII)- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VIII)- a dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;
- IX)- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estruturação da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- X)- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XI)- a supressão por parte da Contratante dos itens, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite legal permitido, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento);
- XII)- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Contratante, decorrentes do fornecimento ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XIII)- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO)

11.1. Aplicam-se ao presente contrato as hipóteses de extinção do contrato previstas nos artigos 137, 138 e 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA (DAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS)

10.1. No caso de rescisão por culpa da Contratada, pelas razões previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada poderá aplicar as sanções previstas no artigo 156 da mesma Lei.

10.2. Será aplicada pena de multa no percentual de 20% sobre o valor total do contrato, na hipótese do inciso III do artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA (DA VINCULAÇÃO)

13.1. Vinculam-se às exigências deste Contrato, todas as Cláusulas e condições previstas no Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, Processo nº 1.364/2026 e seus anexos, bem como proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

14.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como demais normas aplicáveis à



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

proteção de dados pessoais, adotando as medidas necessárias para garantir a privacidade, a segurança e a proteção dos dados tratados em razão da execução deste Contrato.

14.2. O tratamento de dados pessoais será realizado exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto contratual, observando-se os princípios da finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança e demais disposições previstas na LGPD.

14.3. A Contratada obriga-se a manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre todos os dados, informações e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los para finalidade diversa daquela prevista neste Contrato.

14.4. A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

14.5. A Contratada deverá restringir o acesso aos dados pessoais apenas aos profissionais estritamente necessários à execução do objeto, responsabilizando-se por seus empregados, prepostos, colaboradores e subcontratados autorizados, os quais deverão assumir compromisso de confidencialidade.

14.6. É vedado à Contratada compartilhar, transferir, divulgar ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem prévia autorização formal da Contratante, salvo nas hipóteses legalmente permitidas.

14.7. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer incidente de segurança, vazamento, perda, acesso indevido ou qualquer ocorrência que possa comprometer a integridade, confidencialidade ou disponibilidade dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, fornecendo todas as informações necessárias para a adoção das medidas cabíveis.

14.8. A Contratada deverá manter registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas durante a execução contratual, sempre que exigido pela legislação aplicável.

14.9. A Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar informações e documentos que comprovem a adoção das medidas de segurança e o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

14.10. Encerrada a vigência contratual ou cessada a necessidade de tratamento dos dados, a Contratada deverá eliminar ou devolver à Contratante os dados pessoais e demais informações obtidas em razão deste Contrato, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei.

14.11. A Contratada responderá integralmente pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos decorrentes do tratamento inadequado de dados pessoais realizado por si ou por seus colaboradores, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

14.12. O descumprimento das disposições desta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Contrato, na Lei Federal nº 13.709/2018 e na legislação aplicável, sem prejuízo da obrigação de ressarcir integralmente os danos eventualmente causados à Contratante, aos titulares dos dados ou a terceiros

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS)

15.1. A Contratada será integralmente responsável pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante.

15.2. A Contratada obriga-se a cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais e demais encargos decorrentes da execução do presente Contrato, relativamente aos seus empregados, prepostos e colaboradores, não gerando qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade solidária ou subsidiária para a Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

15.3. É vedada a cessão, transferência ou subcontratação total ou parcial do objeto contratual sem a prévia e expressa autorização da Contratante, observadas as disposições constantes do Termo de Referência e da legislação aplicável.

15.4. A Contratada deverá corrigir, sem ônus para a Contratante, quaisquer falhas, inconsistências ou inadequações identificadas nos serviços prestados, no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.

15.5. Concluída a execução contratual, a Contratada deverá devolver à Contratante todos os documentos, dados, informações e materiais disponibilizados para a execução do objeto, observando as normas de confidencialidade e proteção de dados aplicáveis.

15.6. Todo o pessoal empregado na execução dos serviços permanecerá sob exclusiva responsabilidade da Contratada, inclusive quanto à remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, transporte, alimentação e demais obrigações legais, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade nesse sentido.

15.7. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação pública.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA (DO FORO)

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Patrocínio Paulista – SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

16.2. E, por se acharem justos e compromissados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Itirapuã - SP, xxx de xxxx de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ

Gerson Luiz Alves

Prefeito

CONTRATANTE

EMPRESA

CNPJ sob o nº...

CONTRATADA

TESTEMUNHA

1) _____

RG

CPF

2) _____

RG

CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

ANEXO VII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO/TRIBUNAL DE CONTAS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 003/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ

CONTRATADA:

CNPJ:

TERMO DE CONTRATO nº.:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES DE MANEIRA CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ – SP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- O ato do processo acima referido, objetivando seu registro pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será objeto de prévia análise, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, cabendo, para tanto, procedermos à regular habilitação no Sistema de Processo Eletrônico, na conformidade do que estabelece a Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pelo órgão/entidade estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- no caso de habilitação do interessado no Sistema de Processo Eletrônico, os dados informados deverão manter-se sempre atualizados.

1. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber

Itirapuã - SP, _de ____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO ATO:

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

DO RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS:

Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

INTERESSADO(A):

Nome: _____
Cargo (se for o caso): _____
E-mail institucional (se for o caso): _____
Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.